

REFLETINDO EM TEMPOS DE CRISE: UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E DO ESTADO FACE À CRISE ECONOMICA FINANCEIRA

REFLECTING IN TIMES OF CRISIS: AN ANALYSIS OF CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND THE STATE TO FACE FINANCIAL ECONOMIC CRISIS

José Julio da Ponte Neto

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.
Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de
Fortaleza – UNIFOR.

E-mail: julioponte@uol.com.br

Alberto Lopes de Oliveira Junior

Graduando em direito pela Fundação Edson Queiroz –
Universidade de Fortaleza.

Pesquisador bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao
Desenvolvimento Científico – FUNCAP.

E-mail: albertocmdb@hotmail.com

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA; 3 FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO; 4 CRISE FINANCEIRA VERSUS RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS; 5 CONCLUSÃO; 6 REFERÊNCIAS.

CONTENTS: 1 INTRODUCTION; 2 SOCIAL FUNCTION OF THE COMPANY; 3 SOCIAL FUNCTION OF THE STATE; 4 FINANCIAL CRISIS OPPOSITE THE CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY; 5 CONCLUSION; 6 REFERENCES.

Resumo: Nada mais audacioso e oportuno que refletirmos acerca dos aspectos da crise econômica financeira mundial estabelecendo um parâmetro em face à responsabilidade social das empresas. Estamos passando por um momento delicado na economia mundial e não há tempo melhor para discutirmos os erros

quando estamos sofrendo suas conseqüências. Nesse trabalho iremos analisar a função social da empresa e do Estado para que, a partir desse eixo, possamos analisar o contexto econômico atual. Trataremos de responsabilidade social de forma realista, visando as verdadeiras condições das empresas em desenvolver seu papel social.

Palavras-chave: Função Social da Empresa e do Estado. Crise.

Abstract: Nothing more bold and timely to reflect on the economic aspects of the global financial crisis by setting a parameter in the face of corporate social responsibility. We are going through a delicate moment in the global economy and there is no better time to discuss the errors when we are suffering its consequences. In this work we examine the function of the company and the state to which, from that axis, we can analyze the current economic context. Deal of social responsibility in a realistic way, to the real conditions of companies in developing their social role.

Keywords: Social Function of the Company and the State. Crisis.

1 INTRODUÇÃO

Tema contemporâneo e instigador para grandes debates. Discutir a responsabilidade social das empresas já é, por si, bastante delicado e falar desse assunto em tempos de recessão econômica, podemos dizer que soa um tanto ameaçador. Como sopesar em uma balança Investimentos sustentáveis *versus* Investimentos emergenciais para sobrevivência da empresa?

Fazemos parte de um todo e como tal somos responsáveis pelo progresso e pelo regresso da humanidade. Somos regulados por um ordenamento jurídico que tem como objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Dessa forma, concluímos que somos solidariamente responsáveis pela sociedade.

Mas para que seja compreendido o que abordaremos acerca da Responsabilidade Social, da forma que propomos no resumo desse trabalho, será preciso o leitor tente se despir de valores sentimentais. Analisando o tema na sua real situação, podemos fazer algumas perguntas que servirão para elucidar o caminho a ser trilhado: será que nós, consumidores, estamos dispostos a pagar o preço da responsabilidade social? Será que as empresas têm lastro financeiro para atender as obrigações impostas pelo Estado e ainda suprir o mercado sustentável? Qual o papel do Estado nas

atividades socialmente responsáveis? Para que serve os impostos que são pagos pelas empresas?

Pois bem, feitas essas indagações e refletidas suas respectivas respostas, podemos acrescentar que o papel do Estado é proporcionar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de forma que garanta o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo, com isso, as desigualdades sociais.

Desse modo, podemos inferir que o Estado compartilha o seu papel com a sociedade, sobretudo, com as Empresas, que apesar de todas as suas responsabilidades perante ao consumidor, aos seus empregados e ao próprio Estado, tem agora o dever concorrente de assistir a sociedade.

No entanto, as empresas carecem de objetivos para desenvolver projetos sociais, pois estes seriam atividades secundárias ou estranhas ao objeto social da empresa, por isso desenvolvem de forma superficial. Entretanto, elas permanecem com suas atividades sociais para influenciar o mercado, sempre com vistas ao lucro.

Dois interesses foram oportunamente encampados a personagens estranhos: Primeiro, o rateio do papel do Estado com as empresas que ocorreu devido a impotência deste em arcar com o ônus exigido; Segundo, atribuída a essa nova função, as empresas a recepcionaram para conseguir a admiração de investidores e consumidores.

Entretanto, tudo se apresenta de forma faticamente inexpressiva. Críticas apontam o baixo nível de comprometimento das empresas que se dizem socialmente responsáveis.

É fácil compreender por que as grandes empresas abraçam a causa da responsabilidade social com tanta verve, pois as iniciativas nessa área não só projetam boa imagem perante a imprensa, mas também tranquilizam o público. (Reich, 2007, p. 173).

Pensar em atribuir responsabilidades de outros em bons tempos pode até ser agradável ao discurso de alguns, mas o que poderemos dizer em relação a esse assunto em tempos de crise econômica? Será que os empresários estão preocupados com o seu quadro de funcionários? Com a família desses funcionários? Com as embalagens recicláveis (que são bem mais caras)? O que os investidores estão preferindo? Continuar investindo em empresas que escoam seus recursos em investimentos sustentáveis ou retirar sua parte do capital dessas empresas para investir em negócios mais lucrativos?

Podemos perceber que isso é um problema crônico e que deve ser bastante refletido, afinal de contas, como dissemos, não há hora melhor para rever os erros quando estamos passando por suas conseqüências. Aqui, refletiremos acerca do posicionamento que devemos adotar como consumidores, investidores, empresários e cidadãos.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Empresa é uma organização voltada para a produção ou circulação de bens e serviços visando a obtenção da vantagem econômica perseguida. Analisando sob esse aspecto podemos concluir que a empresa foi criada para organizar a atividade econômica de forma que pudesse sistematizar os meios, praticados para a produção de bens, e os fins, que se materializam na obtenção do lucro.

O Estado no exercício do seu poder administrativo veio regular a atividade econômica da empresa, que deverá atender a sua função social, ultrapassando as barreiras da livre iniciativa e a proteção da propriedade, afirma Gladston Mamede:

No âmbito específico do princípio da função social da empresa, parte-se da percepção de que a atividade econômica organizada para a produção de riqueza, pela produção e circulação de bens e/ou pela prestação de serviços, embora tenha finalidade imediata de remunerar o capital nela investido, beneficiando os seus sócios quotistas ou acionistas, beneficia igualmente ao restante da sociedade - ou seja, tem e cumpre uma função social -, no mínimo

por ser um instrumento para a realização das metas constitucionalmente estabelecidas. (Mamede, 2009, p.54).

No mundo das idéias ou da teoria, o conceito acima exposto amplamente aceitável. Todavia, o que ainda ocorre no mundo dos fatos é uma visão excêntrica e egoísta. A problemática vivida na economia atualmente é um dos fatos que comprovam o comportamento egoísta da sociedade.

Empresas que perseguem fielmente os grandes lucros e riquezas puseram nossa sociedade num patamar econômico inimaginável. A falsa idéia de poder, de ter e de ser levou a nossa sociedade a consumir compulsivamente. Será que as empresas produtoras de veículos estavam preocupadas com o tanto de carros que eram produzidos e colocados às ruas diariamente ou a única preocupação era somar os resultados? Tudo isso nos ajudou a estar atualmente sofrendo as conseqüências de uma economia desenfreada.

Antes da crise econômica financeira ocorrida primeiramente nos Estados Unidos em setembro do ano de 2008, ouvíamos muito falar em responsabilidade social das empresas. Todas as empresas vinculavam em suas propagandas atividades socialmente responsáveis quase sempre voltadas aos seus funcionários, consumidores, investidores, fornecedores ou acionistas, de alguma forma todos ligados à empresa.

Mas, servir a sociedade engloba uma seara que vai além dos limites da empresa. Servir de forma responsável os funcionários, os consumidores, investidores, fornecedores, acionistas etc. é um papel obrigatório da empresa. Caso não sirva dessa forma, correrá o risco de ser mal interpretada pela sociedade podendo sofrer conseqüências de rejeição de consumidores e acionistas. Falamos que uma empresa é socialmente responsável se ela fornece plano de saúde a seus funcionários, se ela dá as devidas informações a seus acionistas, se produz bens saudáveis, enfim, nada mais que obrigação e por muitas das vezes obrigadas pelo Estado (no caso do plano de saúde e das informações aos acionistas) ou por que algumas matérias-primas são mais baratas para a produção dos bens (no caso da produção de alguns produtos saudáveis).

Acreditamos que a real responsabilidade social ainda não chegou às empresas ou sequer existe. Ninguém nos dias de hoje faz alguma coisa sem esperar algo. A troca de favores e interesses é constante. Como podemos falar em responsabilidade social se não estamos dispostos a perder?

Uma empresa não produz bens sustentáveis por que a matéria prima necessária para sua produção é mais cara e por que seu poder de venda é baixo. O consumidor não compra por que encontra o mesmo produto no comércio vizinho com a mesma qualidade e mais barato. O investidor não investe em empresa que perde lucro. Falamos sempre em responsabilidade social, mas será que a exercitamos? Será que as empresas são realmente as maiores responsáveis pelo caos econômico e ambiental sofrido pelo mundo? Apesar de todo o posicionamento acima exposto, temos nossas dúvidas.

Tem se discutido o tema responsabilidade social de forma pouco eficaz, muitas idéias são lançadas, poucas efetivamente realizadas, mas intrinsecamente tudo não passa de interesse. As empresas descobriram que podem ganhar admiração dos consumidores e investidores se vincularem a idéia de que são socialmente responsáveis. Afirma Robert Reich:

A maioria das iniciativas nessa área é bem intencionada. Boa parte é sincera. Algumas exercem impacto positivo. Mas quase tudo ocorreu fora do processo democrático. Quase nada mudou nas regras do jogo. Encarar a tendência como nova forma de capitalismo democrático é não compreender a lógica do supercapitalismo. Também é desviar a atenção da tarefa mais difícil, porém, mais importante, de definir novas regras que projetam e promovam o bem comum e evitem que o supercapitalismo domine a política. (REICH, 2007, p. 172).

Reich tem uma visão muito severa a respeito da responsabilidade social das empresas. Para ele as empresas foram criadas para lucrar, os consumidores para consumir e os investidores para investir, as ONGs que estão aí para fazer ação de caridade.

conforme podemos aferir de trecho extraído da entrevista revista época circulada em outubro de 2007:

A responsabilidade social é uma questão de relações públicas. As empresas não foram criadas para ser instituições de caridade. E, hoje, elas têm menos condições ainda de desempenhar esse papel. Vivem numa competição tão acirrada que não podem sacrificar os ganhos de seus acionistas ou deixar de oferecer bons negócios para os consumidores em nome de algum benefício social. É ilógico fazer isso. Cria a falsa impressão de que as empresas são pessoas, com uma preocupação moral. As empresas não são pessoas. Nem instituições morais da sociedade. São pedaços de papel, acordos contratuais. O objetivo das empresas é jogar o jogo econômico da forma mais agressiva possível. (ÉPOCA, 2007).

Não combina com a nossa cultura sermos assim tão rudes, acreditamos que as empresas, consumidores e acionistas tem que fazer os seus respectivos papéis, mas deverão fazer de forma responsável, de modo que possam também visar o bem comum. Entretanto, nenhum deles pode desenvolver o papel social da forma que estamos propondo se o Estado não fizer também a sua parte. Este deverá colocar todos em pé de igualdade para que exerçam a sua livre iniciativa de forma responsável. Abordaremos esse assunto com maiores detalhes no próximo capítulo.

Precisamos aproveitar o momento para refletirmos acerca dos métodos que poderemos utilizar para unir a perseguição ao lucro e a responsabilidade social. Não podemos mais admitir visões excêntricas e egoístas. O Estado deverá intervir nessa relação para que possa propiciar para essas empresas nível de competitividade com as demais. Não estamos sozinhos, não vivemos sozinhos, por isso, temos que olhar para os lados, para frente ou para onde tiver gente, caso contrário, estaremos pondo em risco a nossa própria existência.

Ricardo Voltolini, publisher da revista Ideia Socioambiental e diretor da consultoria Idéia Sustentável, em pesquisa realizada com analistas acerca da atual crise econômica financeira, afirma que:

[...] Como todas as crises, esta também vai passar. E ao seu final, restarão mais fortes as que compreenderam um dos recados mais óbvios deste início de milênio: acionistas, investidores, funcionários, fornecedores, comunidades e clientes vão valorizar crescentemente os princípios éticos da sustentabilidade - simplesmente porque isso é o certo a se fazer - e desejarão cada vez mais se relacionar com empresas que conjugam bons resultados econômico-financeiros com justiça social e conservação ambiental. Ainda que, no momento, estejam mais preocupados com o esfriamento da economia do que com o aquecimento global, esses públicos saberão recompensar mais tarde as que mantiveram seus compromissos sustentáveis mesmo quando o contexto se apresentava desfavorável. (VOLTOLINI, 2009, p. 8).

Refletiremos a seguir sobre o papel Estado perante a sociedade e investigaremos os meios que este poderá se utilizar para sanar a problemática posta em questão.

3 FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

O preâmbulo da nossa Constituição Federal anuncia os parâmetros que deverão ser seguidos pelo Estado no exercício da sua função de regular a sociedade:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988).

Formamos um Estado Democrático de Direito, o qual deverá refletir a valorização humana e garantir ao povo os direitos fundamentais a ele inerentes. Democracia esta que vai além do

exercício do sufrágio universal, por meio do qual escolhemos nossos representantes. Democracia que deveria se exprimir cotidianamente, levando o cidadão a revelar sua vontade na administração da nação.

Falar em Função Social do Estado deveria ser um tema de fácil compreensão e de claros conceitos, se o Estado tomasse para si o papel determinado nas nossas normas programáticas. Todavia, isso é o que mais se distancia atualmente.

Os nossos governantes perderam suas forças, seja porque transmitiram a outrem ou porque foram tomadas pelas empresas para que, com a utilização de lobbies, passasse à sociedade uma idéia de entidades socialmente responsáveis.

Com o crescimento da população e de suas necessidades o Estado se viu impotente em financiar as políticas públicas para o desenvolvimento social e o crescimento equilibrado. Foi então que os governantes perceberam que ao se incumbir dessas responsabilidades e não as executando estariam perdendo a admiração da população, que, nas próximas eleições, votaria em outros representantes que tivessem a mesma proposta e que, por conseqüência, não iriam executar pelo motivo anterior, assegurando quatro anos, até que viesse outras eleições e o ciclo se repetisse.

Para assegurar seus cargos políticos os governantes transferiram para a iniciativa privada essas atribuições, pois passariam o ônus da responsabilidade para estas e não se comprometiam com a população. Porém, como todo remédio, temos também seus efeitos colaterais. As empresas ficaram mais fortes sob o domínio político.

Isso explica, por que razão as empresas aceitaram expandir seus fins com a produção de atividades que a priori era do Estado, dividindo espaço com a busca pelos lucros. Elas ganharam espaço na política, ganharam admiração da população, ganharam poder de decisão.

Como um anúncio de fragilidade, os governantes se ligam às empresas para conseguir a eleição. O financiamento de grandes

campanhas políticas levou os políticos a perder seu poder de decisão. Aí podemos enxergar a Função Social do Estado se comprometendo e perdendo sua "intocabilidade", pois, deixa de ser absoluta para ser executada até o limite dos interesses das empresas. Agora quem dita as regras do jogo são as grandes empresas, as financiadoras de grandes campanhas. O Estado perdeu relativamente suas forças.

Assevera Robert Reich ao falar dos países que enfrentam os efeitos colaterais de uma democracia dominada pelo poder das grandes empresas:

Muitos desses Estados são democracia apenas de nome, pois são vítimas dos mesmos problemas que debilitaram a democracia americana nos últimos anos, apenas com maior intensidade – corrupção endêmica, domínio da política por uma pequena elite ou império do partido único. Nenhum desses países está enfrentando de maneira eficaz os efeitos colaterais adversos do supercapitalismo. (REICH, 2007, p. 8).

O que as empresas estão fazendo não se destaca pela insensibilidade brutal nem pela ganância impiedosa. Estão agindo conforme se espera delas, oferecendo bons negócios aos clientes e, portanto, maximizando o retorno para os investidores. Como os jogadores de qualquer jogo, estão fazendo o possível para vencer.

O Estado é que, como proprietário do papel, deve chamar para si as responsabilidades de ditar as regras do jogo e deixar as empresas em condições de competitividade. O jogo precisa de novas regras, o povo precisa de governantes desprendidos de opiniões estranhas ao poder público.

Para mudar o jogo o Estado deve começar a elaborar nova legislação, facilitando a sindicalização para todos os trabalhadores, obrigando as grandes empresas a oferecer aos empregados seguro de vida e fundos de pensão e estabelecer normas de zoneamento protegendo os comerciantes independentes contra a competição predatória das grandes redes. Poderia, ainda, aumentar o salário mínimo para garantir a todos os trabalhadores padrão de vida realmente digno. Com essas medidas, provavelmente levaria as

grandes empresas a elevar seus preços e reduzir o retorno para os investidores.

Acreditamos que com essas políticas as empresas executariam de forma competitiva a sua função e os governantes exerceriam com imparcialidade suas atribuições. Pode até ser uma realidade distante, mas se assumirmos o nosso papel de cidadãos, exercendo a democracia como devemos, certamente iremos dá um desfecho melhor para a história da humanidade.

Não estamos aqui levantando a bandeira do Estado máximo, tampouco criticando as formas de livre iniciativa das empresas, queremos como cidadãos escolher os rumos da nação, fortalecer a democracia e valorizar a pessoa humana. Para isso, teríamos que ter um Estado que igualasse os direitos e deveres das empresas, a fim de proporcionar uma justa concorrência. Via de consequência, teríamos consumidores "sustentáveis" e investidores socialmente responsáveis.

Após termos analisado a função social das empresas e do Estado, iremos nos debruçar na análise da atual conjuntura econômica. Como restará a responsabilidade social atribuída pela empresa nesse período de crise econômica? Qual o papel do Estado em tempos de crise, onde ele deve intervir?

4 CRISE FINANCEIRA versus RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Em setembro de 2008, começou nos Estados Unidos uma crise econômica fundada na distribuição de grandes créditos, cujos efeitos comprometem as bases do sistema capitalista, que se dizia estruturado e sólido. Os financiamentos em longo prazo, a idéia de poder de consumo, o consumo desregulado e as transações com dinheiros eletrônicos fizeram com que a dívida dos consumidores e empresários aumentasse ao ponto de não ter crédito para quitá-las.

Com isso, importantes empresas do mercado internacional entraram num processo de recessão anunciando medidas nunca imaginadas para empresas tão firmes, dentre elas o encerramento de suas atividades.

A falta de transparência dessas empresas com seus investidores, trabalhadores e com o próprio Estado fizeram crer que o sistema estava em perfeito controle. Quando perceberam que o nível de inadimplência estava comprometendo seus ativos e que o mercado estava se desfazendo em efeito dominó, ficaram todos perdidos. Os trabalhadores (agora desempregados), os investidores (sem suas economias), o Estado (tendo que financiar todos os prejuízos causados, face à insolvência das empresas).

Agora em tempos de recessão econômica qual o discurso das empresas que se diziam socialmente responsáveis? Muitos criticam suas atitudes por serem, às vezes, "desonestas e imorais". Mas será que realmente são? Qualquer um de nós que estivéssemos passando por dificuldade e estivéssemos sendo financiado por investidores que acreditam na nossa solidez ficaria receoso em dizer que estamos passando por dificuldade, pois isso poderia resultar a retirada do capital dos investidores mais moderados. Será que nessa situação permaneceríamos com um quadro de pessoal grande e sem necessidade só para levantar a bandeira da responsabilidade social? Claro que não. Esse não é o papel da empresa.

O capitalismo é um sistema muito feroz e audacioso deixar para as empresas o dever de ser socialmente responsável é meio como um contra-senso. Se sua função é aumentar os lucros, deverá fazer com todos os meios permitidos para o crescimento. Qualquer um de nós faria o mesmo. Se fossemos obrigados a agir diferente, faríamos tudo diferente visando o crescimento dos lucros dentro dos limites impostos. Usaremos todas as ferramentas que podemos usar e se não pudermos usar todas, usaremos as permitidas. Simples!

Mas agora a moda é culpar as empresas pelos atos desastrosos do capitalismo e da crise econômica. E o Estado? Será que está fazendo a sua função? Será que se as regras do mercado financeiro estivessem bem definidas de acordo com os objetivos do Estado estaríamos passando essa crise econômica?

O Estado precisa ser mais incisivo, precisa se mostrar mais. Não estamos querendo a regressão ao século XX com o modelo soviético, estamos precisando repensar nos atos, sem

comprometer, todavia, a livre iniciativa, o mercado concorrencial e a globalização.

Alguns especialistas estudam quais seriam as atitudes que deveriam ser tomadas nesse momento para estabilizar o mercado sem comprometer o fim social. Jorge Luiz Souto Maior, professor da Universidade de São Paulo, diz que:

Para sairmos de uma efetiva crise de natureza econômica precisamos de um diálogo social, formulando, enfim, as bases para um autêntico pacto social, que envolva os setores da produção, do trabalho e do consumo, gerenciado pelo Estado, e no qual se priorize a construção da justiça social. (MAIOR, 2009).

Valerie Jarrett, conselheira-sênior da Casa Branca, representante do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, no 39º Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, disse que é preciso que a confiança no sistema financeiro seja reconstruída, com base em transparência, respeito e responsabilidade. Disse, ainda, que precisamos ter regras fortes, simples, para proteger investidores e consumidores.

Pesquisadores céticos apostam no fim do sistema capitalista, outros otimistas preferem optar pelo surgimento de um capitalismo fortalecido e com outros conceitos. Adotamos o posicionamento otimista, pois acreditamos que estamos passando por dificuldades necessárias para evoluir na reflexão de todos.

Não acreditamos no fim do capitalismo, nem no ressurgimento do socialismo. Acreditamos em governantes verdadeiramente líderes, prontos para abraçar a causa social e levar ao nosso Congresso Nacional propostas de melhorias para a sociedade. Como cidadãos, devemos vigiar as grandes campanhas políticas em tempos de eleição, pois quem financia é quem manda. Não podemos ser ingênuos em acreditar em promessas infundadas, devemos exercer a democracia cotidianamente. Como investidores, precisamos ser mais presentes na administração das empresas, nos rumos que os administradores traçam para a companhia e

investir com senso socialmente responsável. Quanto as empresas essas continuarão trabalhando para o crescimento dos seus lucros com todos os meios que o Estado permitir, até que ele regule suas atividades ao ponto de colocá-las em pé de igualdade.

Segundo o economista e empresário Klaus Schwab, fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial, o que está acontecendo agora é uma fase de transição. Ela deverá forjar um novo capitalismo.

Estamos vendo o nascimento de uma nova era, um chamado para repensar nossas instituições, nossos sistemas e, acima de tudo, nosso pensamento e nossas ações. Se olharmos esta crise como uma oportunidade de transformação, podemos criar as bases para um mundo mais estável, mais sustentável e mais próspero. (ÉPOCA, 2009).

Portanto, intercedemos que essa crise econômica fundada na ganância e no egoísmo para a construção de grandes lucros tenha um final feliz, com todos os seus participantes fortalecidos num pensamento sustentável.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi levantar alguns pontos acerca da responsabilidade social da empresa e do estado em face da crise econômica mundial.

Vimos que as empresas desempenham fielmente o papel que elas estão sujeitas no sistema capitalista e que seus atos estão diretamente ligados à sua perseguição pelos lucros e à satisfação de seus clientes e investidores. O objetivo das empresas é realmente movimentar o mercado financeiro e de alguma forma melhorar as condições de vida da sociedade.

Verificamos também que é papel do Estado construir uma sociedade livre, justa e solidária de forma a rematar as desigualdades sociais do povo. Atualmente esse papel vem sendo cumprido em conjunto com os entes privados, o que, na sua essência, seria algo de bastante valor para a sociedade. Entretanto, o que ocorreu foi

uma confusão de papéis, onde as empresas ficaram com o domínio do mercado determinando, de acordo com seus interesses, as necessidades da sociedade.

Quanto as demissões que vemos diariamente nas grandes empresas, para nós é extremamente normal. Não se trata de responsabilidade social, até por que, como vimos, responsabilidade social vai além dos interesses da empresa. As demissões em massa são facilmente aceitas quando nos colocamos no lado dos administradores das empresas, pois se não temos demanda, não temos dinheiro para cobrir os gastos com pessoal, digo, não temos pra que sustentar o gasto com pessoal se não tem trabalho suficiente. A história é triste, mas isso não é falta de responsabilidade social são medidas de urgência para superar as dificuldades.

Em fevereiro de 2009, a Embraer anunciou a demissão de 20% (vinte por cento) de seus funcionários e o presidente Lula noticiou sua indignação com os representantes da empresa dizendo que esta tinha recebido empréstimo do governo há alguns meses e que tem no seu capital 40% (quarenta por cento) de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Não estamos defendendo a atuação da Embraer, achamos que seus representantes poderiam ter conversado com o representante dos empregados para achar a melhor solução: diminuição da carga horária, férias coletivas e outras soluções que são encontradas em uma conversa. Mas nesse caso, temos um pouco de alarde desnecessário, pelo menos por enquanto. A empresa agiu realmente sem responsabilidade para chamar a atenção do governo.

Não cabe também ao Governo obrigar a empresa a ficar com os empregados sem precisar deles, auferindo gastos sem necessidade. Entretanto, o Governo poderia estudar um modo de intervenção para instigar o mercado interno e a comercialização de aeronaves, para, quem sabe, assegurar a tranquilidade da Embraer e de seus empregados.

Como podemos perceber, o Estado tem suas armas para intervir nos processos econômico-sociais e poderá fazer caso

queira. Porém, às vezes não é possível, pois quem ajudou os governantes a ganhar as eleições foram essas mesmas empresas, o que impossibilita os governantes de tomar decisões desfavoráveis ao interesse delas.

Devemos a partir de todos os conceitos aqui abordados tratar a responsabilidade social das empresas de maneira fática, sem aquele discurso do politicamente correto, que faz a empresa desenvolver atividades sociais para ganhar a confiança do cliente e dos investidores.

Por sua vez, clientes e investidores deverão tomar consciência dos seus atos, consumindo e investindo de forma sustentável, perdendo e ganhando proporcionalmente, todos da mesma forma regulados pelo Estado.

Isto posto, esperamos por uma reviravolta da economia mundial e que todos saiam fortificados para lutar por um mundo digno e humanamente igualitário.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

ECODEBATE. Empresa socialmente responsável? É uma farsa. Entrevista com Robert Reich. **Ecodebate**. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2007/11/07/empresa-socialmente-responsavel-e-uma-far...> Acesso em :18 de mar. 2009

ÉPOCA. Como será o capitalismo que vai salvar o mundo da crise? **Revista eletrônica Época**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT25437-15227-25437-3934,00.html>. Acesso em: 18 de mar. 2009.

GLOBO. **Metalúrgicos** vão recorrer ao TRT contra demissões na Embraer. Fev. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/02/20/metalurgicos-vaio-recorrer-ao-trt-co>. Acesso em: 18 mar. 2009

GOIS. Chico de. **Lula vai cobrar explicações de presidente da Embraer após demissões**. Fev. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/02/19/lula-vai-cobrar-explicacoes-de-pres...> Acesso em: 18 mar. 2009.

JOOMIA. Ação social é só relações públicas. **Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDH**. Disponível em: <http://www.mndh.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2009.

KRUGMAN, Paul. Qual é o problema da Europa? **Diário do Comércio**. Mar. 2009. Disponível em: <http://www.dcomercio.com.br/ImpressaoMateria.aspx?materia=13044&canal=39>. Acesso em: 18 mar. 2009.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Negociação coletiva de trabalho em tempos de crise econômica. **Paraná Online**. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/direito-e-justica/news/350139>. Acesso em: 18 mar. 2009.

MAMEDE, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro: empresa e atuação empresarial**, volume 1. 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.

MANSUR, Alex. **Responsabilidade Social**. Edição: 73, Ano: 5. Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=733. Acesso em: 18 mar. 2009.

NOVO, Aguinaldo. Embraer demite 20% de seus funcionários e culpa 'crise sem precedentes'. Lula quer explicações. **O Globo online**. Fev. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/02/19/embraer-demite-20-de-seus-funcion...> Acesso em: 18 mar. 2009.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo: como o capitalismo tem**

transformado os negócios, a democracia e o cotidiano.
Janeiro: Elsevier, 2008.

UECHI, Liane. Entendendo a crise econômica mundial. jan.
Disponível em: <http://neomundo.org.br/index.php?view=art&id=56%3Aeconomia-e-negocios&i...> Acesso em: 18 mar. 2009.

VOLTOLINI, Ricardo. Opinião – Crise Econômica e Sustentabilidade.
Jan. 2009. **Gazeta Mercantil**. Disponível em: http://investnews.net/GZM_Print.aspx?Parms=2308173,509
Acesso em: 09 mar. 2009.